

LEI ORDINÁRIA Nº 816

de 17 de dezembro de 2010

"Estima a RECEITA e fixa DESPESA do Município de Chapadão do Sul, para o Exercício de 2011".

O PREFEITO MUNICIPAL de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul. no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Chapadão do Sul /MS, para o Exercício financeiro de 2011, estima a receita e fixa a despesa em igual valor de R\$ 62.686.460,00 (sessenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e sessenta reais) discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º A Receita decorrerá da arrecadação de tributos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITA DE TODAS AS FONTES

1.1 RECEITAS CORRENTES

- Receita Tributária	R\$	8.745.460,00
- Receita Contribuições	R\$	2.022.000,00
- Receita Patrimonial	R\$	1.834.500,00
- Receita Industrial	R\$	100.000,00
- Receita de Serviços	R\$	148.900,00
- Transferências Correntes	R\$	43.944.200,00
- Outras Receitas Correntes	R\$	1.527.400,00
TOTAL	R\$	58.322.460,00

1.2 RECEITAS DE CAPITAL

- Operações de Crédito	R\$	1.900.000,00
- Alienação de Bens	R\$	66.000,00
- Amortização de Empréstimos	R\$	175.000,00
- Transferências de Capital	R\$	6.990.000,00
TOTAL	R\$	9.131.000,00

1.3 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

- Receitas de Contribuições.	R\$	1.573.000,00
- Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	R\$	2.000,00
TOTAL	R\$	1.575.000,00

TOTAL DE RECEITAS R\$
69.028.460,00

1.4 REDUTORES

- Rem. dos Investimentos RPPS em Renda Var.	R\$	2.000,00
- FPM	R\$	

2.100.000,00

- ITR	R\$	190.000,00
- LEI CANDIR N. 87/96	R\$	22.000,00
- ICMS	R\$	

3.700.000,00

- IPVA	R\$	310.000,00
- IPI EXPORTAÇÃO	R\$	18.000,00

TOTAL REDUTORES	R\$	-
6.342.000,00		
TOTAL LÍQUIDO	R\$	
62.686.460,00		

Art. 3º A DESPESA total do Orçamento ascende a R\$ R\$ 62.686.460,00 (Sessenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e sessenta reais) importando o Orçamento Fiscal em R\$ 44.224.810,00 (Quarenta e quatro milhões, duzentos e vinte e quatro mil, oitocentos e dez reais) e o Orçamento de Seguridade Social em R\$ 18.461.650,00 (Dezoito milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, seiscentos e cinquenta reais).

Art. 4º A DESPESA será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei. observado o seguinte desdobramento:

DESPESA DE TODAS AS FONTES

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

- Despesas Correntes	R\$	43.184.945,00
- Despesas de Capital	R\$	15.182.515,00
- Despesas Intra-Orçamentárias	R\$	4.074.000,00
- Reserva de Contingência	R\$	245.000,00
TOTAL	RS	62.686.460,00

DESPESAS POR ÓRGÃOS

I - PODER LEGISLATIVO

0001Câmara Municipal	R\$	2.898.000,00
----------------------	-----	--------------

II-PODER EXECUTIVO

0010Gabinete do Prefeito	R\$	1.668.900,00
0015Secretaria Municipal de Governo	R\$	219.700,00
0020Secretaria Municipal de Administração	R\$	2.451.900,00
0025Sec.Mun.de Obras Transp. Serv. Público	R\$	13.747.145,00
0030Sec.Mun.de Educação, Cultura. Desporto e Lazer	R\$	17.296.865,00
0035Secretaria Municipal de Saúde	R\$	9.945.250,00
0040Secretaria Mun. de Assistência Social	R\$	3.755.400,00
0045Sec.Mun. Desenvol. Econômico e Meio Ambiente.	R\$	2.329.200,00
0050Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento	R\$	3.368.100,00
0099Reserva de Contingência	R\$	245.000,00

III - REGIME PRÓPRIO PREVIDÊNCIA

0080 IPMCS - Inst. Prev. Social Serv Mun Chap R\$ 4.761.000,00
do Sul

TOTAL DA DESPESA COM REC. TODAS AS R\$ 62.686.460,00
FONTES

Art. 5º As Receitas e Despesas totais constantes deste Orçamento estão previstas por Fonte de Recursos com o seguinte desdobramento:

	FONTE DE RECURSOS	RECEITA R\$	DESPESA R\$
100	Recursos Ordinários	45.213.660,00	37.918.260,00
103	Contribuição p/ o Regime Próprio de Prev. Social-RPPS	3.062.000,00	3.062.000,00
104	Contribuição ao Programa de Ensino Fundamental	260.000,00	260.000,00
114	Transf. de Rec. do Sistema Único de Saúde - SUS	1.040.600,00	1.040.600,00
115	Transf. de Rec. do Fundo Nac do Desenv da Educ - FNDE	462.500,00	462.500,00
116	Contribuição de Inter. Do Domínio Econômico - CIDE	68.000,00	68.000,00
117	Contribuição p/ o Custeio dos Serv de Ilum. Públ - COSIP	700.000,00	700.000,00
118	Transferências do FUNDEB - (Aplic na remuneração) 60%	0,00	4.743.050,00
119	Transferências do FUNDEB - (Aplic na remuneração) 40%	0,00	2.552.350,00
120	Transferências de Convênios - União/Educação	1.450.000,00	1.450.000,00
121	Transferências de Convênios - União/Saúde	232.100,00	232.100,00
122	Transferências de Convênios - União/Assistência Social	361.000,00	361.000,00
123	Transferências de Convênios - União/Outros	4.136.000,00	4.136.000,00
124	Transferências de Convênios - Estado/Educação	352.800,00	352.800,00
125	Transferências de Convênios - Estado/Saúde	788.100,00	788.100,00
126	Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	234.000,00	234.000,00

127	Transferências de Convênios - Estado/Outros	409.000,00	409.000,00
129	Transferências de Recursos do FNAS	317.700,00	317.700,00
190	Operação de Crédito Internas	1.900.000,00	1.900.000,00
195	Remuneração de Depósitos Bancários	1.699.000,00	1.699.000,00
	TOTAL GERAL	62.686.460,00	62.686.460,00

Art. 6º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da Despesa Fixada nesta Lei, utilizando como recursos compensatórios às fontes referidas nos incisos I a III do § 1º, Art. 43 da Lei Federal Nº. 4.320 de 17 de março de 1.964.

Parágrafo Único. Fica autorizado e não será computada para efeito do limite no inciso I deste artigo a abertura de créditos suplementares:

I - para atender despesas com pessoal com encargos sociais;

II - à conta de recursos provenientes de Operações de Crédito autorizadas por Lei;

III - à conta de recursos transferidos da União e do Estado sob forma de auxílios, convênios ou subvenções.

Art. 7º Em decorrência do disposto no artigo 66 e seu parágrafo único, da Lei Federal Nº. 4.320, de 17 de março de 1.964. fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos centrais de controle as dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias e a redistribuir parcelas das dotações, de uma para outra unidade.

Art. 8º Esta LEI entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2.011, revogadas as disposições em contrário.

Chapadão do Sul - MS. 17 de dezembro de 2009.

JOCELITO KRUG
Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 816/2010 - 17 de dezembro de 2010

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em